A LEI COMPLEMENTAR 118/05 SUA INTERPRETAÇÃO FRENTE AO INCISO I DO ARTIGO 168 DO CÓDIGO TRIBUTÁRIO NACIONAL E ALTERAÇÕES FEITAS AO REFERIDO CÓDIGO.

Ícaro Brandão Carvalho Guimarães
Faculdade Sete de Setembro
Bacharelado em Direito.

Marcondes Francisco dos Santos
Faculdade Sete de Setembro
Bacharelado em Direito e Bacharel em Administração.

Rubem Souza da Silva
Faculdade Sete de Setembro
Bacharelado em Direito, Bacharel em Serviço Social e Pós-Graduado (latu sensu) em Direito Penal e Processo Penal.

Jadson Correia de Oliveira
Professor orientador

RESUMO

O estudo do tema em exposição busca fazer uma análise da Lei Complementar 118 de 09 de fevereiro de 2005 face a sua interpretação dada ao inciso I do artigo 168 do Código Tributário Nacional bem como analisar as alterações por ela trazidas ao CTN. No presente estudo trazemos à baila os aspectos atinentes a exposição da Lei tributária em especial o rol a ser seguido na ausência de lei específica. Outra questão importante abordada na presente pesquisa foi o tema voltado para o estudo da função da Lei Complementar no Direito Tributário uma vez que estas se prestam a complementar disposições Constitucionais e estabelecer normas gerais de Direito Tributário. Sendo que também foi abordado a temática do artigo 3º da Lei Complementar ora referenciada observando os aspectos quanto a sua natureza, e por fim fizemos uma análise quanto as alterações feitas pela Lei 118/05 ao Código Tributário Nacional. Para o desenvolvimento do presente estudo foi utilizado o método bibliográfico, bem como a pesquisa em meio eletrônico

Palavras-chave: Interpretação da Lei Tributária. Lei Complementar 118/05. Código Tributário Nacional.

ABSTRACT

The study of the topic in exhibition seeks to analyze the Complementary Law 118 of February 9, 2005 against the interpretation given to section I of Article 168 of the Internal Revenue Code and analyze the changes it brought to the CTN. In the present study we bring to the fore aspects relating to the interpretation of tax law in particular the role to be followed in the absence of specific law. Another important issue addressed in this research was the subject turned to the study of the function of Complementary Law Tax Law since they lend themselves to additional Constitutional provisions and establish general rules of tax law. Since the issue was also addressed in Article 3 of the supplementary law referred to herein as observing aspects of their nature, and finally we analyzed how the changes made by Law 118/05 the Internal Revenue Code. To study the development of this method was used literature and research in electronic.

Keywords: Interpretation of the Tax Law. Complementary Law 118/05. Internal Revenue Code.

INTRODUÇÃO

A lei complementar 118 de 09 de fevereiro de 2005 alterou disposições contidas no Código Tributário Nacional sendo que o dispositivo que mais apresentou discussões no cenário jurídico foi o seu artigo 3º que ofereceu nova interpretação ao inciso I do artigo 168 do CTN. A própria Lei complementar se intitula como de natureza interpretativa. Entretanto o Superior Tribunal de Justiça entendeu que a referida norma inovou

no plano jurídico uma vez que esta diminuiu o prazo para o contribuinte pleitear determinada restituição de crédito tributário.

Nesse sentido parte da doutrina entende que o artigo 3º da LC 118/05 fere o princípio da separação dos poderes. Carlos Maximiliano, que sustenta que o ato interpretativo segue o rito exigido para o ato processual. Diz, que em regra, a interpretação autêntica se dá por meio de disposição geral e obrigatória, enquanto não revogada pelo Poder Legislativo. Todavia, a interpretação autêntica deve se aplicar a casos futuros, "não vigora desde a data do ato interpretado, respeita os direitos adquiridos em consequência da maneira de entender um dispositivo por parte do Judiciário, ou do Executivo". Entendendo assim que uma vez que cabe ao Poder Judiciário e não o Legislativo fazer interpretação de Leis, sendo que tais alterações tiveram como justificativa a compatibilidade da Lei em comento com a Lei de falências por possuírem temas convergentes.

1 INTERPRETAÇÃO DA LEI TRIBUTÁRIA

A ciência de interpretação é denominada de hermenêutica e se configura como de suma importância para o direito uma vez que o legislador em sua função de criar normas e Leis deixa por diversas vezes lacunas e imperfeições jurídicas que posteriormente devem ser interpretadas de forma adequada para evitar dissabores e prejuízos à sociedade.

[...] A regra é justamente a submissão do direito tributário ao conjunto métodos interpretativos fornecidos pela teoria da interpretação jurídica: por exceção, nas situações disciplinadas expressamente, o intérprete deve procurar (na medida em que isso seja possível) dar preferência aos critérios indicados pelo Código Tributário Nacional. Mesmo, porém, nas matérias sobre os quais o Código estabelece comandos específicos, veremos que o intérprete não deve esquecer as recomendações da hermenêutica jurídica. [...]. O intérprete deve partir do exame do texto legal, perquirindo o sentido das palavras utilizadas pelo legislador (na chamada interpretação literal ou gramatical) cumprir-lhe, todavia, buscar uma inteligência do texto que não descambe para o absurdo, ou seja, deve preocupar-se com dar à norma um sentido lógico (interpretação lógica) que harmonize com o sistema normativo em que ela se insere (interpretação sistemática), da lei (interpretação histórica, sem descurar das finalidades a que a lei visa (interpretação finalística ou teleológica). (AMARO, 2011 P. 234 – 235).

A hermenêutica traz para o mundo jurídico uma maior segurança no que diz respeito à aplicação da lei, e, ao mesmo tempo, assegura ao legislador uma antevisão de como será aplicado o texto legal, antes mesmo que entre em vigor. Os métodos de interpretação hermenêutica são o autêntico que é aquela que provém do legislador, que demonstra no texto legal a mens legis, doutrinário segue a doutrina, pelos cientistas jurídicos, jurisprudencial produzida pelo conjunto de sentenças, acórdãos, súmulas e enunciados, literal que busca o sentido do texto normativo, com base nas regras comuns da língua, Histórico buscando o contexto fático da norma, sistemático, considera em qual sistema se insere a norma, relacionando-a à outras normas pertinentes ao mesmo objeto e por fim o método teleológico sempre observando e buscando os fins sociais e bens comuns da norma, dando-lhe certa autonomia em relação ao tempo que ela foi feita.

Nesse diapasão, o Código Tributário Nacional acerca da interpretação da Lei tributária nos traz um rol a ser seguido naqueles casos em que se observam a ausência de disposição expressa senão vejamos:

Artigo – 108. Na ausência de disposição expressa, a autoridade competente para aplicar a legislação tributária utilizará, sucessivamente, na ordem indicada:

I - a analogia;

II – os princípios gerais do direito tributário;

III – os princípios gerais do direito público;

IV – a equidade

Desta forma, há que se verificar a Lei Complementar 118/05 que deverá ser considerada como lei nova para todos os aspectos uma vez que o entendimento do Supremo Tribunal Federal no julgamento de Recurso Extraordinário de nº 566621 é que a LC 118/05 inova no mundo jurídico e que e que deve ser considerada como lei nova.

2 FUNÇÃO DA LEI COMPLEMENTAR NO DIREITO TRIBUTÁRIO

Em matéria tributária as Leis Complementares se prestam à função de complementar as disposições Constitucionais e ainda estabelecer normas gerais de direito tributário. É bem verdade que o sistema tributário de forma geral já está disciplinado na Constituição da República, porém obedecendo o que preceitua a nossa Carta Magna, as Lei Complementares aumentam o grau de detalhamento dos modelos de tributação criados pela Constituição da República Federativa do Brasil sendo que a matéria está disciplinada no artigo 146 da CRFB conforme à baixo transcrito:

Artigo – 146. Cabe a Lei complementar:

I – dispor sobre conflitos de competência, em matéria tributária, entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios;

II – regular as limitações constitucionais ao poder de tributar;

III – Estabelecer normas gerais em matéria de legislação tributária, especialmente sobre:

Definição de tributos e de suas espécies, bem como, em relação aos impostos discriminados nesta Constituição, a dos respectivos fatos geradores, bases de cálculo e contribuintes;

Obrigação, lançamento, crédito, prescrição e decadência tributários;

Adequado tratamento tributário ao ato cooperativo pelas sociedades cooperativas;

Definição de tratamento diferenciado e favorecido para as micros empresas e para as empresas de pequeno porte, inclusive regimes especiais ou simplificados nos caso do imposto previsto no art. 155, II, das contribuições previstas no art. 195, I e §§ 12 e 13 e da contribuição a que se refere o art. 239.

Desta forma, temos que, a lei Complementar aqui em apreço trouxe inovações a ordem jurídica uma vez que ela altera artigos expressos no Código Tributário Nacional além de ter incluído novos artigos como os artigos 185 - A e 191 – A sendo que o artigo 3º disposto na Lei Complementar 118/05 trouxe interpretação a dispositivos já contidos no CTN (Código Tributário Nacional) dispositivos estes que não se encontravam revogados , referido-se sobre artigo 4º.

O STF, inovou na ordem jurídica, quando estabeleceu que o tempo inicial do prazo para a restituição de tributo pago indevidamente não seria a partir da homologação tácita do lançamento pelo Fisco, entendimento já consolidado pelo Superior Tribunal de Justiça, mas a partir do pagamento antecipado que se trata no artigo 150, parágrafo 1º, do Código Tributário Nacional, afastando o prazo de 10 anos para o contribuinte requerer a restituição de tributo pago indevidamente, formado pela soma dos 5 (cinco) anos para a homologação tácita do lançamento pelo Fisco, mais outros 5 (cinco) anos a partir da homologação tácita, para a propositura do pedido/ação de repetição tese já consolidada pelo STJ, "tese dos cinco mais cinco".

3 A LEI COMPLEMENTAR 118/05

A Lei complementar 118/05 entrou em vigor em em 20 de junho de 2005 alterou e acrescentou dispositivos à Lei nº 5.172/1996 (Código Tributário Nacional) dispondo ainda sobre a interpretação dada ao inciso I do artigo 168 do Código Tributário Nacional em seu artigo 3º *in verbis*:

Artigo – 3º. Para efeito de interpretação do inciso I do art. 168 da Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1996 – Código Tributário Nacional, a extinção do crédito tributário ocorre, no caso de tributo sujeito a lançamento por homologação, no momento do pagamento antecipado de que trata o § 1º do art. 150 da referida Lei.

Destarte, em sua redação e na menção do prazo de vigência o dispositivo retrocitado nos traz reflexões acerca das leis interpretativas no direito tributário uma vez que o artigo 4º da Lei complementar 118/05 reclama a aplicação do artigo 106, I do CTN significando assim que o seu conteúdo tenha aplicação para os casos em andamento e para fatos pretéritos.

Tomando por base o princípio da segurança jurídica a norma jurídica via de regra só produz efeitos para o futuro sendo que de forma excepcional e previstas em Lei o legislador pode autorizar a aplicação retroativa de uma norma jurídica nesse sentido esse tipo de previsão se encontra assentado no artigo 106 do Código Tributário Nacional *ipsis literis*:

Artigo 106 – a Lei aplica-se a ato ou fato pretérito:

I – em qualquer caso, quando seja expressamente interpretativa, excluída aplicação de penalidade à infração dos dispositivos interpretados;

II – tratando-se de ato não definitivamente julgado

Quando deixe de definí-lo como infração;

Quando deixe de tratá-lo como contrário a qualquer exigência de ação ou omissão, desde que não tenha implicado em falta de pagamento de tributo;

Quando lhe comine penalidade menos severa que a prevista na lei vigente ao tempo de sua prática.

Coelho e Lobato (2010 p. 8) “A interpretação, se considerada a fonte que a emana, pode ser dividida em autêntica, judicial e doutrinária. Residem as leis inteprativas, por óbvio, na chamada intepração autêntica”. Desta feita, temos que o inciso I do artigo 106 do CTN se apresenta como de interpretação autêntica.

4 ARTIGO 3º DA LEI COMPLEMENTAR 118/05: NATUREZA INTERPRETATIVA OU DE DIREITO NOVO?

A interpretação do artigo 168, I do CTN já era matéria pacificada pelo Superior Tribunal de Justiça uma vez que a extinção do crédito tributário somente ocorreria após a homologação ou caso a homologação não ocorresse, após o decurso do prazo de cinco anos de que a Fazenda Pública dispõe para efetuar o ato de homologação. Entretanto, ao criar a Lei complementar 118/05 o legislador fixou interpretação de que o crédito tributário extingue-se no momento do pagamento antecipado.

Nesse sentido, o Superior Tribunal de Justiça entendeu que a lei complementar 118/05 inovou no plano normativo entendendo desta forma que tratava-se de Direito novo uma vez que a norma ora referenciada diminuiu o prazo que o contribuinte tem para pleitear o seu Direito em juízo.

Em igual hipótese já decidiu o Supremo Tribunal Federal no julgamento da ADIN 605 MC conforme se observa do voto do Ministro Sepúlveda Pertence: “Sendo entanto, a título de lei interpretativa, a segunda lei extrapola da interpretação, é lei nova que altera a lei antiga, modificando-a ou adicionando-lhe normas inexistentes. E assim há de ser examinada”.

Nesta esteira, mesmo que o legislador declare a natureza interpretativa do artigo 3º da lei complementar 118/05, em verdade tal dispositivo cria direito novo, no qual o entendimento que prevaleceu no STF foi o de que a LC 118/05 inovou ao reduzir o prazo prescricional de recuperação de tributos previsto no código Tributário Nacional, razão pela qual não poderia retroagir para atingir situações pretéritas.

5 ALTERAÇÕES FEITAS AO CÓDIGO TRIBUTÁRIO NACIONAL PELA LEI COMPLEMENTAR 118/05

Com a criação da Lei complementar 118/05 o artigo 133 do CTN foi alterado incluindo-se neste dispositivo os parágrafos 1º, incisos I e II, 2º, incisos I, II e III, bem como ainda o parágrafo 3º, nesta alteração houve a exceção de incidência de tributos quando ocorrer alienação judicial de fundo de comércio, industrial etc. em situação de falência e recuperação judicial ao passo que o § 3º do artigo 133 assevera que em processo de falência, o produto de alienação judicial de empresa filial ou unidade produtiva isolada permanecerá em conta de depósito à disposição do juízo de falência.

No artigo 155 – A do CTN foi incluso nos parágrafos 3º e 4º. O § 3º assevera que lei específica disporá sobre as condições de parcelamento dos créditos tributários do devedor em recuperação judicial, já o § 4º elenca que caso não haja lei específica a que se refere o § 3º do artigo em referência pode ser aplicado as leis gerais de parcelamento dos entes das Federação ao devedor em recuperação judicial não podendo ser este prazo inferior ao concedido por lei federal específica.

Impende destacar que na redação anterior do artigo 174 parágrafo único, inciso I do CTN, a interrupção do prazo prescricional para ação de cobrança do crédito tributário se dava com a citação pessoal feita ao devedor com a alteração trazida pela lei complementar em comento a prescrição se interrompe com o despacho do juiz que ordenar a citação em execução fiscal.

No tocante a ordem de preferência no processo de falência incluiu-se no artigo 186 do CTN a preferência para créditos decorrentes de acidente do trabalho senão vejamos:

Artigo – 186. O crédito tributário prefere a qualquer outro, seja qual for sua natureza ou o tempo de sua constituição, ressalvados os créditos decorrentes da legislação do trabalho ou do acidente do trabalho

Parágrafo único. Na falência:

I – o crédito tributário não prefere aos créditos extraconcursais ou às importâncias passíveis de restituição, nos termos da lei falimentar, nem aos créditos com garantia real, no limite do valor do bem gravado;

II – a lei poderá estabelecer limites e condições para a preferência dos créditos decorrentes da legislação do trabalho; e

III – a multa tributária prefere apenas aos créditos subordinados.

A alteração feita no artigo 185 do CTN revela que a alienação ou oneração de bens e ou rendas configura em fraude não estando em fase de execução, basta que o crédito tributário esteja inscrito como dívida ativa.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O artigo 3º da Lei Complementar 118/05 veio para acabar com a tese interpretada pelo Superior Tribunal de Justiça qual seja a tese dos “cinco mais cinco”. A Lei complementar que se auto intitula interpretativa promove a interpretação autêntica do Código Tributário Nacional e que nesse sentido tal norma é considerada inconstitucional por parte da doutrina. Entretanto o Supremo Tribunal Federal já declinou na ADIN 605 MC que a Lei aqui em referência não é incompatível com o princípio da separação de poderes.

Por outro vértice, entendemos que a LC 118/05 se configura como Lei nova e demonstra claro que tal dispositivo quer que seus efeitos retroajam à nova interpretação dada ao inciso I do artigo 168 do CTN. Ademais temos que o entendimento atual do Superior Tribunal de Justiça é que tal dispositivo inovou ao reduzir o prazo prescricional de recuperação de tributos previsto no CTN, no entanto houve um ponto específico que o STF divergiu, sobre o posicionamento pela Corte do STJ. Mas entendeu que o prazo de *vacatio legis* de 120 dias o que permitiu aos contribuintes não apenas tomar ciência do novo prazo mas também que fosse possível o ajuizamento de ações necessárias.

Por outro lado, o Supremo Tribunal Federal através de Recurso Extraordinário de nº 566621, acerca da aplicação do artigo 4º da LC 118/05 declinou que a aplicação do novo prazo de 5 (cinco) anos deve ser aplicado a contar da data do pagamento e somente para as ações ajuizadas a partir de 09 de junho de 2005 reconhecendo desta forma como de natureza inconstitucional a 2ª parte do artigo 4º da LC 118/05 que previu a aplicação retroativa e reduziu o prazo para a repetição do indébito tributário sendo que o entendimento da Suprema Corte é que a redução do prazo para a repetição do indébito viola o princípio da segurança jurídica em seus conteúdos de proteção da confiança e de garantia do acesso à justiça.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AMARO, Luciano, **Direito Tributário Brasileiro**. 17 ed. São Paulo: Saraiva, 2011.

BRASIL, Casa Civil do. **Lei Complementar Nº 118, de 9 de fevereiro de 2005**. Disponível em:

<www.presidencia.gov.br/casacivil>. Acesso em: 07 de junho de 2012.

BRASIL, Casa Civil do. **Lei 5. 172, de 25 de outubro de 1966.** Disponível em:

<www.presidencia.gov.br/casacivil>. Acesso em: 07 de junho de 2012.

CONSULTA PROCESSUAL. Decisão de Recurso Extraordinário nº 566624. Supremo Tribunal Federal.

Disponível em: <www.stf.jus.br>. Acesso em junho de 2012.

CONSULTA PROCESSUAL. **Decisão de ADIN** – Ação Direta de Inconstitucionalidade 605 MC. Superior Tribunal de Justiça. Disponível em: <www.stj.gov.br>. Acesso em junho de 2012.

LAKATOS, Eva Maria e MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de Metodologia Científica.** 4 ed. São Paulo: Atlas, 2001.

MAXIMILIANO, Carlos. apud JUNG, Thais Michelle Winkler. **Caráter interpretativo do artigo 3º, caput da lei complementar nº 118/2.005:** Parte II. Disponível em:

http://www.lfg.com.br/public_html/article.php?story=20080218170300543&mode=print#31. Acesso em junho de 2012.

VIANA, Daiane Maria Oliveira. **Lançamento por Homologação e Extinção do Crédito Tributário.** São Paulo: Revista dos Tribunais nº 860, 2007.